

A Biologia Educacional e a higiene escolar como possível estratégia biopolítica na educação brasileira na década de 1940

The Educational Biology and school hygiene as possible strategy biopolitics Brazilian education in the 1940

André Morando

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
andremorando@yahoo.com.br

Nadia Geisa Silveira de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
nadiags@terra.com.br

Resumo

Nesse artigo analisamos o livro intitulado *Biologia Educacional: noções fundamentais*. Essa obra foi utilizada como livro didático nas Escolas Normais, do Brasil, a partir do final da década de 30 do século passado. A partir da perspectiva foucaultiana, operamos com o conceito de discurso como ferramenta de análise objetivando conhecer a rede de enunciados, da higiene, da medicina social e da educação escolar primária, colocada em funcionamento na Escola Normal através da disciplina Biologia educacional. Os enunciados veiculados no livro funcionam como estratégias de governo de condutas e corpos vinculadas ao saneamento dos problemas econômicos do país, tendo a futura professora primária e os alunos da zona rural como alvos e ferramentas da transformação econômica e social.

Palavras chave: Biologia educacional, higiene, biopoder, biopedagogia¹.

Abstract

In this article we analyze a book entitled *Biologia Educacional: noções fundamentais*. This work has been used as a textbook in the Normal Schools of Brazil since the late 1930s. From the foucaultian perspective, we operate with the concept of discourse as a tool of analysis to know the network of statements of hygiene, social medicine and primary school education. operate in the Normal School from the discipline Biologia educacional. The statements provided in the book function as government of conduits and bodies linked to the improvement of the economic problems of the country, having the primary school teacher and future students from rural area as targets and tools of economic and social transformation.

¹ Inspirados em Harwood (2009), para quem o conceito de biopedagogia está relacionado aos conceitos foucaultianos: biopoder e a biopolítica. As biopedagogias promovem disciplinamento de corpos e condutas por meio de práticas discursivas que articulam noções de bem-estar, de saúde, da medicalização e da vida. Nesse artigo, analisamos as condições para que a higiene se tornasse uma biopedagogia em um livro didático na década de 1940.

Key words: Biology education, hygiene, biopower, biopedagogie.

Considerações Iniciais

As discussões de Michel Foucault acerca do poder sobre a vida, nos domínios do corpo e da espécie ou população humana aparecem, primeiramente, na *História da Sexualidade: a vontade de saber* (FOUCAULT, 1999). O filósofo nos fala em dois domínios de ação do poder sobre a vida humana, o primeiro, direcionado ao corpo [a *disciplina*], pensado a partir da noção de funcionamento de uma maquinaria, principalmente, a partir do século XVII. As estratégias do poder direcionadas ao corpo buscavam o seu controle e adestramento para a criação e ampliação de suas capacidades produtivas. Para tanto, o corpo precisava ser submetido e docilizado, tornar-se um corpo útil para o sistema [escola, indústria, quartel] onde se encontrava inserido. A segunda ação ou direcionamento do poder vai atuar sobre a vida [o *biopoder*] da população. A partir do século XVIII, num processo crescente de urbanização das cidades europeias, torna-se necessário conhecer e regular os fenômenos biológicos próprios das populações. Disso, decorreu a criação e a organização de saberes e de estratégias, que se articularam, com a função de governar tanto o corpo do indivíduo quanto a vida da população, através de mecanismos de poder cujas finalidades eram a constituição e o fortalecimento dos Estados Nações.

Nesse artigo analisamos como estratégias de governo, nas Escolas Normais, são colocadas em funcionamento a partir de enunciados da saúde pública e da escola primária, a fim de produzir a transformação social da população, a partir de um ideal de sujeito cidadão. Cabe ressaltar que o ideal de cidadão e cidadania, sofre rearranjos de acordo com cada momento histórico e, de modo geral, estão vinculados ao cenário político e econômico do país. Assim, examinamos o momento histórico do Brasil, no qual se pensava uma (re)estruturação da república: a República Nova, (re)estruturada com a chegada de Getúlio Vargas à presidência do governo federal em 1930. O cidadão ideal, na nova república, era pensado como patriota, civilizado, trabalhador e técnico tendo por meio da educação escolar, condições para contribuir com a transformação da sociedade (SANTOS, 1985).

Nesse sentido, a escola para atender os ideais da nova república precisava (re)atualizar seus objetivos, seu currículo, seus métodos e seu corpo docente para que seus esforços produzissem um novo cidadão brasileiro (HOCHMAN 2005). A nova república e a nova escola estavam atravessadas por um cenário político e econômico marcado pelo aumento da industrialização, pela falta de mão de obra especializada para a indústria e pelo monopólio estatal (SANTOS, 1985). Em contrapartida, segundo Hochman (2005), apesar do potencial da indústria e da oferta de emprego a vida dos brasileiros era precária, a população era carente no tocante às políticas sociais, principalmente na saúde pública. Hochman (2005), aponta que apesar dos conhecimentos biomédicos e dos avanços do poder público do regime varguista, inúmeras doenças como malária, verminoses, febre amarela, hanseníase e, principalmente, a tuberculose ganhavam proporções de epidemias e de forma mais acentuada nos sertões esquecidos do Brasil.

Assim, políticas públicas direcionadas à saúde adquiriam condições de urgência para o novo governo e, o interior do país, tais necessidades eram ainda maiores, pois era praticamente desassistido por profissionais da saúde. Diante dessas demandas, podemos pensar na utilização da Escola Normal, pelo Estado, como estratégia para sanar as carências sociais da saúde pública no Brasil. Segundo Santos (1985), o movimento sanitaria [advindo de 1918], apontava que a falta de educação higiênica era o motivo do atraso do progresso brasileiro, pois atacava diretamente o trabalhador, que doente não produzia. A base biológica do ser

humano e a higiene atuaram, naquela época, como ferramentas para pensar uma possível reformulação da educação, na qual a educação escolar ofereceria meios para o aluno cuidar de seu corpo e do ambiente onde vivia. Para tal, a professora, principalmente, a primária deveria ser capacitada cientificamente, para produzir meios de ensinar [ao mesmo tempo que também era ensinada] ao aluno a cuidar de si, autovigiar-se e vigiar os outros, tendo a higiene como uma ferramenta (bio)pedagógica (VIVIANI e MARCHAN, 2008).

Essa relação entre higiene, escola e Estado articuladas a partir do discurso médico-científico pode ter gerado condições para a criação da disciplina de Biologia Educacional, no currículo das Escolas Normais. Assim, através da formação, professores e professoras da escola primária levariam os preceitos da higiene, da base biológica do corpo e do cuidado de si para os centros e, também, para todo o interior desassistido do país. A própria criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, nos dá pistas e permite inferir que a entrada do componente curricular Biologia educacional, na Escola Normal, a partir de 1933, como exposto por Viviani (2010), não ocorreu ao acaso. A articulação entre a Biologia educacional, a escola e a saúde pública atuava como uma estratégia de controle [e apaziguamento das demandas sociais] da vida do sertanejo, sendo a professora primária a personificação do Estado [por vezes a única] nos rincões do Brasil.

Segundo Foucault (2005), no decorrer do século XVIII e XIX, um conjunto de procedimentos estatísticos deram condições para o surgimento da higiene pública como campo da medicina. A população encontrava-se doente e, de acordo com o filósofo, a doença se instalava como um fenômeno permanente, oposto a epidemia que ceifava a vida abruptamente, mas como condição que a corroía silenciosamente, subtraindo a força de trabalho da população. A medicina detinha [e detém] a centralização, o ordenamento do saber sobre a saúde da população, coordenando tratamentos e endereçando ações, sobretudo campanhas pelo viés da higiene (FOUCAULT, 2005). A posição de destaque dos médicos tornou-os autorizados e autoridades na escrita de materiais pedagógicos endereçados a públicos específicos como trabalhadores, futuras mães, camponeses, alunos e tantos outros. Sendo assim, neste artigo, analisamos um desses materiais, o qual apresentamos a seguir.

O corpus e as ferramentas

O livro que analisamos, *Biologia Educacional: noções fundamentais*, foi escrito pelo professor Antônio Almeida Junior (1939), formado professor normalista em 1909 e médico em 1921, doutorando-se em medicina em 1922. O autor era partidário do Manifesto dos Pioneiros para a Educação Nova, em 1932, foi um dos autores do projeto de criação da Universidade de São Paulo e diretor do ensino público do estado de São Paulo entre 1935 e 1938 (GANDINI, 2010). A preocupação do autor estava na formação de professores, pois, para ele, os futuros docentes precisavam de capacitação para levar a transformação social para os mais distantes povoados do Brasil. Ele considerava a condição social e o atraso econômico do país efeitos das situações ambientais e sanitárias da população brasileira (VIVIANI, 2010).

O livro surgiu como um manual de normas e saberes sobre saúde e educação, endereçado aos futuros professores e professoras primários. A primeira edição ocorreu no ano de 1939 e a última, a 22^a, em 1969. Neste artigo, analisamos a 2^a edição, datada de 1944. A importância deste livro, na formação de professores, nas Escolas Normais brasileiras, é evidenciada por vários autores [PINHEIRO, 1993; VIVIANI 2005; VIVIANI; MARCHAN, 2008], tal como apontam as autoras Viviani e Bueno (2006), no seguinte excerto:

A publicação do livro didático de autoria desse autor, em 1939, constituiu-se em marco fundador de uma tradição de ensino que caracterizou fortemente a

disciplina, ainda que a partir da década de 1950 tenham surgido outros direcionamentos para o corpo de saberes e práticas que se construiu em seu âmbito e por seu intermédio (VIVIANI; BUENO, 2006, p. 44).

Entendemos a referida obra como um arquivo histórico, de (re)construção de elementos de uma época a partir da sua narrativa, a qual orientou um modo possível de ser professor e uma maneira de produzir um sujeito educado. Sendo assim, entendemos a obra não somente como um documento histórico, mas, também, numa perspectiva foucaultiana de monumento, ou seja, aquele documento que preserva, de certo modo, uma memória coletiva, investida de esforços na sua produção. Portanto, precisa ser analisado pela sua exterioridade, fora da lógica interna do enunciado, olhando as enunciações, as práticas, as condições de possibilidade para se dizer de um modo e não de outro (VEIGA-NETO, 2007).

Assim, analisar o discurso numa perspectiva foucaultiana torna-se investir esforços para dissecar a trama discursiva e mostrar que a mesma resulta de uma rede complexa de saber/poder que permite que certos discursos apareçam e atuem num determinado tempo, e outros não. Por exemplo, quando, no livro analisado, o autor afirma: “O professor primário vai à roça, aos mais recônditos sertões do Estado, e fica de bom ou de mau grado, de fevereiro a novembro, como sentinela avançado da civilização” (ALMEIDA JUNIOR, 1944, p. 557), são colocados em funcionamento enunciados, tais como: a invisibilidade feminina, ao direcionar-se para “o professor”, quando o livro era endereçado às estudantes normalistas e eram as mulheres que se deslocavam para as escolas do interior do país; o papel do professor missionário, aquele que exerce o que lhe é determinado de “bom ou mau grado”.

Na análise apresentada neste artigo, examinamos o capítulo Higiene e Educação que integra a segunda parte do livro denominada de *Parte de aplicação* [da Biologia educacional]. Essa seção, que analisamos, divide-se em *eugenia* [melhoramento da população pela genética] e *eutecnia* [melhoramento da população pela higiene e educação]. Investimos esforços para conhecer os enunciados colocados em funcionamento, na escola, configurando a higiene como uma estratégia de governo das condutas e dos corpos. Para tanto, selecionamos trechos do livro que, ao nosso ver, funcionam como verdades, os quais se encontram destacados e limitados por bordas. Na análise não nos interessa se os saberes veiculados, no livro *Biologia Educacional*, eram verdadeiros ou falsos, mas sim, a regularidade e dispersão dos enunciados que ensinavam e produziam um tipo especial de ser professor, a professora primária, da zona rural, e de ser aluno, higiênico, educado e cidadão eficiente, aqui, entendidos como alvos e ferramentas da disciplina e do biopoder.

Uma pedagogia para a vida eficiente: a higiene

Se a eugenia visava escolher os genes ou, para usar o termo da época, o plasma hereditário, a eutecnia dava condições de selecionar o ambiente. Segundo o professor Almeida Junior (1944), eugenia e eutecnia se complementavam, pois relacionavam a boa geração com o bom desenvolvimento. Sendo assim, a higiene estava dentro do escopo da eutecnia, fazendo uso dos fatores ambientais como o clima, os germes, a alimentação, os tóxicos e os exercícios físico e mental, atuando como pedagogias para a vida saudável ou biopedagogias, de acordo com Harwood (2009).

Nessa condição, a escola constituía-se como lugar privilegiado das práticas biopedagógicas, pois, segundo Almeida Junior, na educação escolar prevaleciam às condições morais e sociais que, a fim e a cabo, produziram em colaboração com o Estado e as políticas sociais, um cidadão com bons hábitos, moralmente asséptico, fisicamente saudável e de capacidade intelectual exímia, como mostra o excerto:

Na educação, prevalecem os agentes morais e sociais: a influência da família, da escola, da sociedade. A Higiene visa especialmente proteger e melhorar o físico do indivíduo; a Educação encarrega-se precipuamente de preservá-lo dos maus hábitos, das contaminações morais, e procurar estimular a capacidade motora (educação física), a inteligência (educação intelectual), a formação da individualidade moral (educação moral) (ALMEIDA JUNIOR, 1944, p. 550).

Uma importante estratégia de produção de sujeitos eficientes era a higiene, difundida pelo Movimento Sanitarista (ano de 1918), que tensionava o governo federal por medidas para a saúde da população. Essa pressão dos integrantes do Movimento Sanitarista [na sua maioria composto por ruralistas, advogados, médicos e militares] teve como um efeito a criação do Ministério da Saúde em 1920, mas, até a entrada de Getúlio Vargas em 1930, os sertões do Brasil continuavam desassistidos por profissionais da saúde, tal como afirma Lima (2002, p. 40). Na década de 1930, a vinculação do Ministério da Educação com a Saúde Pública e o cenário da situação dos sertões brasileiros, nos dão pistas da estratégica articulação entre saúde pública, higiene e educação escolar. Tal como mostra o excerto abaixo:

O engenheiro de viação, a autoridade policial ou judiciária, o inspetor agrícola, o inspetor sanitário, quando surgem de longe em longe na zona rural, aí permanecem 24 horas e regressam à cidade, para só reaparecerem no ano seguinte. O professor primário, não. Vai à roça, aos mais recônditos sertões do Estado, e fica de bom ou de mau grado, de fevereiro a novembro, como sentinela avançada da civilização. Nesse papel poderá êle tornar-se (em grande parte já é) um corajoso bandeirante da saúde (ALMEIDA JUNIOR, 1944, p. 557).

Nesse excerto, chama nossa atenção o papel da educação escolar de penetrar pelas regiões rurais, onde os que lá viviam, supostamente, não teriam condições mínimas para autogerir os cuidados com a saúde e, muito menos, ensinar aos seus filhos, mantendo o *status quo* da miséria, da falta de higiene e da doença. Dessa forma, a figura da professora primária seria, apesar de invisibilizada, a única representante do Estado nos rincões do Brasil, cabendo a ela atuar como a “sentinela” – querendo ou não – da civilização, ao de produzir corpos e condutas saudáveis [ou “eficientes” nos termos do professor Almeida Junior].

A escola, nessas condições, era vista com um lugar de transformação do sujeito rural em sujeito eficiente por meio de um discurso médico-higienista e, conseqüentemente, de transformação e de produção nova “realidade” na zona rural. O professor Almeida Junior mostra o posicionamento dado aos sujeitos urbanos e rurais, aqueles que tem uma educação higiênica e os que não tem, um “menor” e “incapaz”, e a educação, como mecanismo desenvolvimentista e salvacionista, atuando como a solução para a produção do cidadão capaz de autovigiar-se e cuidar-se, e livre de doenças graças a eficiência adquirida pela educação higiênica.

A educação higiênica representa uma das melhores formas de proteção individual contra a doença. Pelos processos anteriores [saneamento, vacinação, nutrição] o indivíduo é defendido por outros, e, especialmente, pelas instituições sanitárias: Antes dela, êle é, do ponto de vista da Higiene, um “menor”, um “incapaz”, que precisa da tutela ininterrupta dos demais. Pela educação higiênica, aprende a defender-se por si mesmo (ALMEIDA JUNIOR, 1944, p. 554).

Assim, a educação higiênica integrava um conjunto de praticas, normas e conhecimentos disciplinares a serem ensinados com o propósito de fabricar um sujeito capaz de cuidar de si e autovigiar-se, gerando efeitos tanto em nível anatomo-fisiológico quanto em nível da população. Dessa forma, essas relações de saber prescreviam condutas endereçadas `as futuras professoras e aos professores da escola primária, sobretudo por uma noção de criança acultural ou como um corpo e uma mente [divisão proposital] em branco, que não teria maus

hábitos, ou vícios. Disso decorre a necessidade de começar a educação higiênica desde cedo, pois, segundo o autor:

A educação primária é o eixo da educação higiênica. Sua ação se exerce sobre o cérebro infantil ainda plástico, virge de defeitos graves, e pode, por isso, inculcar-lhe um sistema duradouro de hábitos, assim como as noções básicas para a orientação da conduta futura (ALMEIDA JUNIOR, 1944, p. 556-557).

Destacamos, novamente, a invisibilidade feminina na escrita do livro didático direcionado à formação da professora primária, constituída por discursos de sacrifício, renúncia e salvação dos necessitados, configurando-se como a professora mãe, que ocupava os bancos da Escola Normal e, posteriormente, as escolas rurais. Tal como afirma Rocha (1997), a professora mãe endereçava suas ações pedagógicas não somente para as crianças, mas para as suas mães, tornando-as mães higiênicas, capacitadas a criar filhos saudáveis. A esse discurso articulava-se outro, não dito, o qual se referia a noção da transmissão hereditária da inteligência ou dos “maus costumes”, por isso a importância de capacitar as mães, não somente para se tornarem “boas mães”, mas para, ao padronizar e normalizar o comportamento da mulher, transmitir bons costumes.

Como só o professor primário tem contacto direto diuturno com as crianças espalhadas no nosso vasto “*hinterland*”, é a ele, que se deve confiar o combate às parasitoses intestinais, como a difusão dos bons princípios sanitários entre os escolares da zona rural. O Posto de Higiene agiria como um instrutor e coordenador das novas funções sanitárias, que pesariam diretamente sobre os ombros do professor primário rural (FOLHA MÉDICA, 1938 *apud* ALMEIDA JUNIOR, 1944, p. 558).

O discurso médico-científico, ao integrar a capacitação da professora e do professor da escola primária, tinha na função da escola e na figura da professora elementos para sua dispersão no campo social, especialmente no meio rural. Nessa nova ordem, o conhecimento empírico da população rural era visto como inferior, “menor”, cabendo a professora não somente ministrar saberes da Higiene, como também atuar como profissional da saúde, mesmo não sendo vista e reconhecida pelo Estado e pela Medicina como profissional da saúde. Talvez, seja essa mais uma dimensão do enunciado direcionado à professora mãe e cuidadora, que presta seus serviços de forma altruísta, a adquirir regularidade e se dispersar. O professor Almeida Junior, traz uma menção, no seu livro, de autoridades do Serviço Sanitário do Instituto Oswaldo Cruz feita em agosto de 1936, quando um dos representantes do referido departamento indica que os professores primários da zona rural fariam além das funções docentes, os tratamentos relacionados ao combate da malária. Reafirmando esse novo modelo de ser professor(a). Como pode ser evidenciado no excerto:

Serão instalados, nas escolas rurais e grupos escolares, a juízo da Diretoria de Ensino e do Serviço Sanitário, postos de assistência, incumbindo-se diretores e professores de ministrar tratamentos simples, segundo indicação médica (ALMEIDA JUNIOR, 1944, p. 558).

De acordo com Rocha (1997), o ensino da higiene endereçado às futuras professoras da Escola Normal deveria ser estritamente prático. Ao se referir às “fichas escolares”, a autora diz que, nelas, as professoras registravam os principais problemas, o que seria feito e a moléstia que assolava aquele aluno, que, agora, se tornava visível às novas lentes da higiene escolar. Essas fichas, segundo Rocha (1997), serviam como registros da possibilidade de normalização ou da exclusão daquele que desviava dessa nova ordem do saber. Para finalizar, destacamos que as orientações curriculares para o ensino da disciplina de Higiene escolar – os professores não são médicos e basta aprender e aplicar noções básicas de higiene sob a tutela

das “autoridades sanitaristas” – para direcionar as diretrizes do ensino de Higiene na Escola Normal e o papel do(a) professor(a) ficam evidenciadas no excerto abaixo.

Para prestar êsse auxílio, não precisam os professores aprofundar-se em conhecimentos médicos nem adentrar-se em intervenções terapêuticas que poderiam colocá-los em dificuldades com a lei reguladora do exercício da medicina. Ao contrário: nesse particular é indispensável a maior prudência. Basta, entretanto, que aprendam, pratiquem e façam praticar algumas noções bem claras de Higiene; basta que se disponham a executar, sob a direção das autoridades sanitárias (e com justa remuneração paga pelo Departamento de Saúde), alguns serviços fáceis de profilaxia ou de tratamento contra (ALMEIDA JUNIOR, 1944, p.559).

Considerações Finais

Ao procedermos com a análise do recorte proposto no livro *Biologia Educacional: conceitos fundamentais*, escrito pelo professor Antonio Ferreira Almeida Junior (1944), percebemos o funcionamento de enunciados relativos às diferenças biológicas e culturais existentes entre as pessoas. Tais diferenças geram os argumentos que determinam os lugares que certos tipos de sujeitos ocuparão na sociedade. No capítulo *Higiene e Educação* os sujeitos são divididos [ainda que de forma fluída, não dita propriamente] em urbanos e rurais. Aquele sujeito que não passou ou passa pela educação escolar e possui, também, um aparato orgânico dito desfavorável torna-se um sujeito “menor”, refém não somente da sociedade, mas também da sua anatomia.

O corpo caipira, doente e sem educação escolar configura-se como lugar de inscrição de relações de saber/poder onde articulavam-se enunciados e práticas da educação, saúde e higiene, que visavam o seu melhor aproveitamento econômico. A notória aceitação do livro didático analisado nos permite estabelecer uma analítica do poder, e pensar que a entrada da *Biologia Educacional* para o currículo da Escola Normal, se deu a partir do discurso da ordem da transformação social, da nova escola e de um novo Brasil. A reforma social deu condições de possibilidade para se pensar em um novo modelo de escola e de educação escolar a qual investiria esforços, para produzir um novo modelo de aluno(a) cidadão(ã), que, de uma forma ou de outra, era pensando a partir de um modelo elitista, branco, masculino e urbano (VIVIANI, 2005). Idealizado a partir de um modelo de reforma social europeu (VIVIANI; MARCHAM, 2008), ou seja, diametralmente oposto a construção histórica do sujeito caipira, pois, para que a transformação social efetivamente ocorresse, antes era preciso transformar aquele sujeito que não produzia em um trabalhador eficiente.

Diante disso, por meio, principalmente do movimento sanitarista, que elegia a transformação do corpo e das condutas do sertanejo, ficou evidenciado que, apesar do intuito de sanear os rincões do Brasil, não era o profissional da saúde que procederia tal mudança. Assim, por meio das intenções de reforma social também produziu-se um modelo de professor e professora, sobretudo o modelo da professora maternal, que ocuparia o cargo de professora primária da escola rural. Com isso, fica evidenciado um importante atravessamento do gênero, no *corpus* da pesquisa, uma vez que, a Escola Normal fora escolhida como lugar de articulação entre saúde pública e transformação social, talvez por se pensar em um modelo universal de professora, aquela ligada à mãe, cuidadora e missionária. Essa visão maternal da educação presente no livro, pode estar vinculada a presença maciça de mulheres na Escola Normal.

A noção de mãe cuidadora ou aquela que cuida da saúde do filho pode ter sido acessada para produzir a professora cuidadora, que se utilizava da educação higiênica para zelar pela saúde

de seus alunos. Nesse sentido, a partir do discurso médico-científico sobre saúde e higiene e o ideal da professora cuidadora, a educação higiênica se tornou uma importante biopedagogia, criando condições para o disciplinamento e a normalização de corpos e da população pelo viés da vida saudável e eficiente. Nessas condições, a universalização da escola [condição que se alinhava aos ideais reformistas da educação brasileira da época] criou estratégias disciplinares e biopolíticas, articulados aos interesses do Estado, com a finalidade de produzir um ortopedista social, a professora primária, que de uma forma ou de outra apaziguaria as demandas sociais para a saúde pública.

Por fim, cabe ressaltar um discurso não dito: a diferença, ela existe e é percebida por aqueles que pensam a educação e a mudança social, tanto que ela é reiteradamente invisibilizada tal como, os discursos do gênero. A mulher, por exemplo, não aparece em nenhum momento, no capítulo em análise, sequer como “a professora”. Todavia, como já dito, na sua maioria o Curso Normal era direcionado a moças brancas da classe média, vistas como missionárias, constituídas a partir de um misto de bondade, renúncia e técnica, como afirma Rocha (1997). Sendo assim, o que se pode colocar em evidência até aqui é que o capítulo do livro fora pensando não somente como um manual para futuras professoras e professores, mas também como um produtor da identidade docente para a época a qual deveria pedagogizar a eugenia por meio da higiene, a fim de invisibilizar ou excluir as diferenças.

Referências

- ALMEIDA JUNIOR, Antonio Ferreira. **Biologia Educacional: Noções fundamentais**; Companhia Editora Nacional. 2ª ed. São Paulo. 1944.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro. Graal. 1999.
- _____. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- GANDINI, Raquel. **Almeida Júnior**. Recife: Editora Massangana, 2010.
- HARWOOD, Valerie. Theorizing biopedagogies. In: WRIGHT, Jan; HARWOOD, Valerie (Eds.). **Biopolitics and the ‘obesity epidemic’ – governing bodies**. New York: Routledge, 2009.
- HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e política de saúde no Brasil (1930-45). **Educar em Revista**, n. 25, p. 127-141, out. 2005.
- LIMA, Nísia. Trindade. O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história de três dimensões. In: FINKELMAN, Jacobo (org.). **Caminhos da saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.
- PINHEIRO, Marta. A Biologia Educacional e os Fundamentos da Educação: o caso do Paraná. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), n.85, p. 63-69, 1993.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Professora primária: uma missionária? **Revista de Educação** (Campinas), v. 2, p. 15-21, 1997.
- SANTOS, Luiz Antônio de Castro. O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, v.28, n.2, p.193-210, 1985.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. São Paulo. Autêntica, 2007.
- VIVIANI, Luciana Maria. A disciplina Biologia Educacional e seus professores paulistas:

diversidade de formação e de práticas profissionais. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v.4, p. 85-102, jan./jun. 2010.

VIVIANI, Luciana Maria. Formação de professoras e Escolas Normais paulistas: um estudo da disciplina Biologia Educacional. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 201-213, maio-ago, 2005.

VIVIANI, Luciana Maria; MARCHAN, Geisiele da Silva. Almeida Jr. e a produção de modelos paulistas de ensino higiênico e renovador: participações em encontros científicos das décadas de 1920 a 1940. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: UFS/UNIT, 2008.

VIVIANI, Luciana. Maria; BUENO, Belmira. Oliveira. A Biologia Educacional nas Escolas Normais paulistas: uma disciplina da eficiência física e mental. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 19, p. 43-65, 2006.